

Botão do Pânico em aplicativo supera marca de 20 mil acionamentos no estado desde 2024

Aplicativo soma mais de 81 mil usuárias, 3 mil BOs registrados e quase 700 medidas protetivas

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP

Da Redação

Mais de 20 mil acionamentos do Botão do Pânico foram registrados pelo aplicativo SP Mulher Segura desde o lançamento da plataforma, em março de 2024. No período, mais de 3 mil boletins de ocorrência (BOs) também foram feitos pelo sistema e quase 700 medidas protetivas de urgência foram solicitadas por mulheres no estado de São Paulo.

Os números foram divulgados pelo Governo nesta terça(1º), que informou ainda crescimento de 26% no número de usuárias ativas do aplicativo em três meses. A base passou de 64 mil para mais de 81 mil mulheres.

O SP Mulher Segura reúne em uma única plataforma serviços voltados ao atendimento de vítimas de violência doméstica. Pelo aplicativo, é possível registrar boletim de ocorrência, pedir medida protetiva e consultar a localização de equipamentos públicos que integram a rede de proteção.

Uma das principais ferramentas é o Botão do Pânico, destinado a mulheres que já possuem medida protetiva vigente. Quando o recurso é acionado, uma ocorrência é enviada ao Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), junto com a localização da usuária. A informação permite o direcionamento de uma equipe policial para o atendimento.

O aplicativo foi lançado



Aplicativo SP Mulher Segura permite registrar BO, pedir medida protetiva e acionar o Botão do Pânico em emergências.

pelo governo paulista em março de 2024 com a proposta de facilitar o acesso aos serviços de proteção. Segundo o Estado, o aumento recente do número de usuárias ocorreu também após ações para divulgar a ferramenta. Em maio deste ano, o governo realizou uma mobilização para incentivar downloads e apresentar os recursos disponíveis na plataforma.

“Além de ampliar a rede de atendimento presencial, queremos colocar nas mãos das mulheres ferramentas que permitam buscar ajuda e acessar os serviços de proteção de mane-

ra rápida, segura e a qualquer hora do dia”, afirmou a secretária estadual de Políticas para a Mulher, Adriana Liporoni.

CONTATO DE EMERGÊNCIA

Entre as funcionalidades acrescentadas ao SP Mulher Segura está o cadastro de um contato de emergência. Mulheres que possuem medida protetiva podem indicar uma pessoa de confiança para integrar sua rede de apoio. Esse contato também pode ser acionado em situações de emergência.

Outra ferramenta é um mapa que reúne serviços pú-

blicos destinados ao atendimento e à proteção das vítimas. A plataforma apresenta localização, endereço e telefones de Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), batalhões da Polícia Militar e unidades do Instituto Médico Legal (IML).

O governo também passou a integrar o aplicativo a outras ações voltadas ao enfrentamento da violência doméstica. Em 2026, foi criada a Patrulha SP Mulher Segura, estrutura da Polícia Militar dedicada ao atendimento de mulheres em situação de violência.

As equipes realizam patru-

lhamento preventivo e ostensivo e acompanham situações consideradas de risco, além de ocorrências relacionadas à violência doméstica. O trabalho inclui casos atendidos pela Cabine Lilás, serviço especializado de orientação e apoio às mulheres, e chamados feitos pelo Botão do Pânico.

Segundo o Governo, com mais de 81 mil usuárias ativas atualmente, o SP Mulher Segura ampliou em 17 mil a quantidade de mulheres que utilizam a plataforma em relação aos 64 mil registros contabilizados três meses antes.

MPF e Iphan: acordo para fiscalizar sítio arqueológico

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) firmaram acordo para reforçar a fiscalização do Sítio Arqueológico Complexo Rapadura, no Jardim Têxtil, Zona Leste de São Paulo. A área fica próxima às obras de expansão da Linha 2-Verde do Metrô e estava sob risco de danos ao patrimônio arqueológico.

O acordo foi homologado pela Justiça Federal após audiência de conciliação em uma ação civil pública apresentada pelo MPF em 2021. Pelo compromisso, o Iphan deverá emitir pareceres técnicos sobre os relatórios bimestrais de monitoramento das obras e incluir

o Complexo Rapadura em seu plano periódico de fiscalização após o término dos trabalhos do Metrô. O cumprimento será acompanhado pelo MPF.

A disputa começou após questionamentos sobre a preservação da área durante as intervenções. Em 2020, após vistoria, o Iphan identificou risco de dano permanente ao sítio e recomendou que não fossem feitas escavações no subsolo. Um mês depois, porém, o instituto mudou de entendimento e aprovou informações apresentadas por uma consultoria em arqueologia contratada pela Companhia do Metropolitano.

Segundo perícia arqueológica do MPF, a documentação não trazia dados considerados necessários para definir medi-

MÁRCIA ALVES/METRÔ SP



Obras no Complexo Rapadura, na expansão da linha 2 verde, em São Paulo

das de preservação, como a dimensão do sítio, os vestígios encontrados e o provável período histórico do material.

Com a homologação, a Justiça extinguiu o processo em relação ao Iphan. A ação continua contra o Metrô e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

O caso ocorre em meio a outros achados arqueológicos. Em agosto, novas estruturas foram encontradas a 2,2 metros de profundidade nas obras da futura Estação 14 Bis-Saracura, da Linha 6-Laranja, na região da Bela Vista. Os trabalhos no ponto foram paralisados para avaliação do material, que inclui alicerces, pisos, estruturas de drenagem e objetos encontrados nas escavações.